



Um olhar sobre a formação histórica do município de Novo Xingu-RS: um passado que se faz presente

A reflection about historical information of the municipality of New Xingu-RS: a past that has been made present

Leonardo da Silva Martinelli
Mestrando em História
Universidade de Passo Fundo
leonardos.martinelli@gmail.com

Vanucia Gnoatto
Mestranda em História
Universidade de Passo Fundo
vanuciagnoatto@gmail.com

Recebido em: 17/06/2018

Aprovado em: 03/09/2018

Resumo: O presente ensaio propõe-se a analisar o processo sócio-histórico de formação do município de Novo Xingu, no Rio Grande do Sul, a partir das relações estabelecidas entre os habitantes de duas áreas de colonização distintas: uma privada e a outra pública. A região central do atual município era integrada na colonização privada alemã, seletiva, que tinha como finalidade alocar os imigrantes nesse território que era uma das propriedades da *Colonizadora Meyer*. As adjacências do território foram incorporadas pelo Estado numa colonização pública posterior. O objetivo deste estudo é analisar as relações sociais a partir da *identidade étnica* dos grupos que residiam na colônia/distrito Xingu, desenvolvidas entre os mesmos no decorrer do tempo caracterizando uma associação específica que se altera visivelmente com a emancipação política do emergente município na década de 1990. Cronologicamente situa-se entre os anos de 1897 até a década de 1990.

Palavras-chave: Colonização, Imigração, Novo Xingu.

Abstract: This essay proposes to analyze the socio-historical process of formation of the municipality of New Xingu, in Rio Grande do Sul, from the relations established between the inhabitants of two distinct colonization areas: one private and the other public. The central region of the current municipality was integrated into the private German colonization, which had the purpose of allocating immigrants in this territory which was one of the properties of the *Colonizer Meyer*. The vicinity of the territory was incorporated by the state into a later public colonization. The objective of this study is analyzes the social relations based on the ethnic identity of the groups what lived in the Xingu colony/district, developed between them in the course of time, characterizing a specific association that visibly alters with the emancipation of the emergent municipality in the decade of 1990. Chronologically it is between the years of 1897 the decade of 1990.

Keywords: Colonization, Immigration, New Xingu.



Considerações iniciais

Ao estudar os processos históricos relacionados à fundação das cidades no norte do Rio Grande do Sul percebe-se o quanto estes foram influenciados pelos processos migratórios e de colonização aqui existentes. O objetivo deste estudo é analisar as relações sociais a partir da *identidade étnica* dos grupos que residiam na colônia/distrito Xingu, desenvolvidas entre os mesmos no decorrer do tempo e caracterizando uma associação específica que se altera visivelmente com a emancipação política do emergente município na década de 1990. A partir deste caso, localizado a nordeste do estado do Rio Grande do Sul, pretende-se refletir a respeito das transformações sociais e culturais que evidenciam este histórico na região. O período temporal abarcado tem como balizas o ano da compra das terras pela colonizadora alemã em 1897, e se estende até a década de 1990 quando começam as mobilizações e organizações para emancipar o município. Detendo-nos especificamente nestes anos, serão destacados alguns elementos que nos permitem verificar a construção da identidade étnica destes grupos e as inter-relações com seus conterrâneos. Faz-se necessário, contudo, situar o processo de colonização no estado que será pontuado de forma geral, pois já foi tema de outras investigações.

Esta pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica e discussão teórica a partir da formação histórica do município e suas interfaces com a *identidade étnica* dos habitantes que passaram a compor aquela localidade, numa perspectiva de história social. Tais elementos nos possibilitam compreender parte das relações engendradas naquele contexto e seus desdobramentos ao longo do período, marca das fronteiras e *lugares sociais* ocupados.

O processo de colonização: colônias públicas e privadas

Falar em colonização, no Brasil, nos remete a diferentes contextos e temporalidades. Da mesma forma, a entendimentos e olhares distintos. Cientes das fragilidades que o termo suscita, o utilizamos no contexto sócio-histórico do século XIX para compreender dois processos de colonização ocorridos no atual município de Novo Xingu. As transformações históricas por que passou são representativas da análise que será lançada, haja vista a formação e constituição de grupos étnicos que construíram uma identidade específica, significada e partilhada que os auxiliou em seu próprio estabelecimento no local, bem como nas relações engendradas com os demais.

Inicialmente é preciso destacar que nas proximidades do atual município de Novo Xingu tem-se a presença de uma reserva indígena denominada Serrinha, parte do aldeamento Nonoai, que como aponta Joel Carini surgiu no início do século XX. A mesma compreende terras



pertencentes aos atuais municípios: Três Palmeira, Ronda Alta, Constantina e Engenho Velho. Este espaço vivenciou um conflito entre índios caingangues e colonos. Ao longo do mesmo século a reserva foi intrusada pelos posseiros, colonos, madeireiros e lavradores, sendo extinta na década de 1960, fato que acarretou no final do mesmo século a demarcação devolvendo as terras aos índios caingangues, levando a desocupação dos colonos no ano de 2004 (CARINI, 2005, p.15).¹

A área central do atual município de Novo Xingu era propriedade de Rita Maria do Espírito Santo que no final da década de 1890 vendeu a *Colonizadora Meyer*. É provável que fosse viúva, já que tinha filhos que auxiliavam nas atividades laborais; contudo, carece-se de maiores informações. As respostas a algumas questões podem ser encontradas no livro mais recente dedicado a história do município. Adriana Martinelli e a pesquisadora Rosane Neumann (2012, p. 28) destacam que a proprietária teria se estabelecido por volta de 1850 junto com sua família, sendo que a legitimação da posse das terras foi concedida em 1883.

Antes de adentrar especificamente nesta colonização é preciso compreender a complexidade da colonização para entendermos o contexto histórico nacional do século XIX. Martinelli e Neumann (2012) afirmam que o império brasileiro investiu intensivamente na imigração subsidiada e em propaganda na Europa a fim de atrair trabalhadores estrangeiros com o objetivo de povoar os “vazios demográficos”, demarcar as fronteiras, desenvolver a agricultura, obter soldados e defender territórios estratégicos.

Nota-se, então, que havia um projeto de governo, Estado, favorável à imigração de determinados contingentes populacionais para povoar partes do território brasileiro. Este fator ajuda a entender o incentivo dado e a política de acesso à terra. Os grupos menos favorecidos em seus países e motivados pela esperança de melhorar suas condições deslocaram-se para um território desconhecido. Conciliam-se, assim, os interesses de ambos: os imigrantes e o Estado. É preciso situar estas transformações dentro de sua própria historicidade percebendo as motivações, interesses, estratégias e contradições que esta colonização apresentou para os envolvidos e para os demais sujeitos. Lançar um olhar unilateral e direcionado impossibilita a compreensão do conjunto de elementos que fizeram parte daquele fenômeno.

Quais os motivos que trouxeram os imigrantes ao Brasil? Em primeiro lugar, a constatação de que não tinham condições de subsistência e perspectivas de melhora onde estavam. Este sentimento negativo que traz presente o aspecto de fracasso foi um mobilizante.

¹ Para saber mais a respeito desta relação ver a obra citada.



Isso somado às utopias e perspectivas de um futuro promissor, ideal que faz parte do desejo das pessoas e que constantemente alimenta e encoraja para as mudanças. Para Herbert Klein (1999, p. 14), existem outros três fatores dominantes para a migração: o primeiro deles é o acesso a terra e a possibilidade de produzir seu alimento; o segundo, a capacidade de produtividade da terra; e o terceiro, o número de familiares que precisavam ser mantidos. Essa preocupação revela que a decisão da partida não era tomada de impulso, pois a mesma acarretaria consequências piores a toda a família que partisse, logo, necessitava de uma melhor reflexão. Especialmente das migrações de famílias e membros para outros lotes de terra que não os iniciais, a exemplo da colônia Xingu, pois a chegada dos imigrantes ao primeiro lote adquirido era desconhecido. Tal fato reitera as mudanças de trajetórias de migração entre estes sujeitos tendo em vista a decepção inicial ou a necessidade de mais terra em razão do crescimento das famílias.

Neumann (2008, p.128) também destaca que “para o imigrante, a propriedade da terra era muito importante. Terra, nesse sentido, significava liberdade, possibilidade de ascensão social e econômica. A ligação do imigrante com a terra é indiscutível”. No entanto, como destacado pela autora, os imigrantes prezavam pela propriedade, ou seja, tornarem-se donos do lote de terra e com isso produzir e prospectar melhores condições de vida. O fato de saírem de sua terra natal e partirem rumo ao desconhecido reflete uma condição social decadente, que mesmo sob as incertezas a respeito do novo território, mobilizou-os a buscarem novas possibilidades. Logo, torna-se quase impensável considerar que sujeitos que estavam bem estabelecidos migrariam para outro território no qual não tinham certeza se seriam bem sucedidos.

Porém, a relação dos imigrantes com a terra não se manteve a mesma, o que assinala as transformações dos projetos iniciais que, não estáticos, estavam em constante transformação. De acordo com alguns historiadores, os imigrantes perderam o apego à terra, elemento que os caracterizava como camponeses. Diante de uma boa oportunidade, se desfaziam de seu lote e migravam novamente em busca de terras mais favoráveis apegando-se, nesse novo espaço, à ideia de serem proprietários de terras (NEUMANN, 2008, p.128). Essa circularidade territorial poderia ser motivada por distintos fatores. A colonização de Novo Xingu insere-se nesse cenário para alojar migrantes de outras regiões colonizadoras. Segundo Jean Roche (1969, p. 319), “para continuarem agricultores, esses colonos deixaram o seu torrão, para encontrarem um novo lote, deixaram o seu, pois não eram rendeiros, mas proprietários ou filhos de proprietários”. Tópico que será discutido melhor à frente.



Igualmente teorizando o tema, Abdelmalek Sayad entende a migração como uma dualidade do sujeito que ao mesmo tempo é emigrante, quando sai de sua pátria, e imigrante, quando chega a novas terras. A origem da imigração é o emigrante. Dessa forma, a migração é entendida como um “fato social completo”, pois o indivíduo é denominado imigrante pela sociedade que o denomina, a partir do momento em que ele chega a um novo território (SAYAD, 1998, p.16). O autor salienta, ainda, que existe uma dupla contradição na imigração: “não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinitivamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade”. Porém, “insiste-se com razão na tendência atual que os imigrantes possuem de se ‘instalar’ de forma cada vez mais duradoura em sua condição de imigrantes” (SAYAD, 1998, p. 45 – grifo do autor), a qual passa de provisória a definitiva.

Quando estudamos os processos migratórios entre os alemães no Rio Grande do Sul, grupo étnico que se instalou inicialmente na colônia Xingu, Jean Roche (1969, p. 319) destaca a existência de quatro movimentos distintos, mas ao mesmo tempo articulados: o primeiro ocorre até 1850 aonde os imigrantes vindos da Alemanha se instalam no estado; o segundo movimento vai de 1850 a 1890, seria a marcha para o oeste, rumo à região do vale do Rio Caí; o terceiro acontece a partir de 1890 na região do Planalto, mais especificamente nas colônias públicas e privadas; e o último, inicia-se em 1914 e dele faz parte o êxodo rural, período no qual ocorreu um grande fluxo migratório para as cidades, bem como a saída de imigrantes para os estados de Santa Catarina, Paraná, entre outros.

Sobre essa migração de descendentes alemães para a região do Planalto Médio, Neumann aponta alguns fatores como: o crescimento demográfico da antiga zona de colonização alemã, juntamente à escassez de terras para venda; a rotação de culturas agrícolas, acompanhada do uso excessivo da terra e das queimadas, que provocava a rápida degradação do solo, resultando na diminuição da produção; a oferta de terras por preços mais acessíveis nas frentes pioneiras de colonização; o abandono da atividade agrícola e/ou sua conciliação com o artesanato rural; e a pouca sociabilidade foram os fatores responsáveis pelo abandono dos lotes ou o desespero de muitos imigrantes, pois a distribuição dos lotes em linhas coloniais, distantes uns dos outros, era diferente do modo de vida em aldeia conhecido na Alemanha (NEUMANN, 2013, p. 4-5).

Segundo Aldomar Rückert, no período da Primeira República entre 1889 e 1930, com a colonização do norte do Rio Grande do Sul, vemos emergir a pequena propriedade camponesa coincidente com a terceira fase da imigração. O mesmo autor afirma que no final do século XIX,



com o começo do capitalismo industrial, surgem novas necessidades. E “para os ideólogos positivistas da época, no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, o binômio imigrante – pequena propriedade constitui-se como ponto chave de seus programas” (RÜCKERT, 1997, p.112).

Junto ao poder público agia a iniciativa privada, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, tanto no arregimento de imigrantes quanto na criação de colônias. O principal interesse era a comercialização de terras, permitida pela Lei de Terras (1850), através da compra de extensas áreas de terras e na venda destas à imigrantes e seus descendentes, com uma parcela de lucro significativa (MARTINELLI; NEUMANN, 2012, p. 14).

O Estado estava diretamente ligado ao processo de colonização do norte do estado do Rio Grande do Sul. Havia dois perfis de colonização: uma pública, criada com recursos do governo e a outra privada que surge com verbas da iniciativa particular. Segundo Neumann:

no arrolamento das colônias fundadas no estado até 1924, independente da nacionalidade dos colonos, somou-se 50 colônias de empresas e 186 colônias particulares, totalizando 236. Isso significa que 80,9% das colônias pertencem à iniciativa privada, todavia, à área colonizada por elas era inferior àquela colonizada pelo poder público (NEUMANN, 2009, p. 17).

Para Paulo Zarth, no Rio Grande do Sul ocorreu a propagação de companhias colonizadoras e o aumento do mercado de terras, ocasionando um aumento do seu preço. Dessa forma, os fazendeiros puderam, finalmente, vender áreas florestais incorporadas a seus patrimônios através das repartições oficiais ou da pura e simples violência. A comercialização das terras acontecia por intermédio das companhias colonizadoras, que adquiriam grandes extensões de terras de fazendeiros, que eram divididas em lotes, medindo em torno de 25 hectares e negociadas com colonos. O autor percebe que com o passar do tempo as terras de cultura ou matas, que no século XIX tinham como base a pecuária e o extrativismo de mate, tiveram, no século XX, elevação no valor (ZARTH, 1997, p. 84-94).

É preciso frisar que existiam relações de interesses tanto por parte tanto do Estado quanto das empresas estrangeiras na exploração das terras. O imbricativo de interesses permitiu o desenvolvimento destas relações, bem como autorizou as empresas a conduzirem determinadas colonizações criando núcleos específicos em torno de um grupo étnico que iria povoar determinados territórios e iniciar atividades agrícolas que, por sua vez, iam ao encontro de interesses do Estado. De acordo com Rückert, na busca por terras os latifundiários aumentaram o valor de suas terras e o Estado, apostando no progresso, recebeu os retornos políticos através da elevação de arrecadação dos impostos sobre a comercialização dos produtos agrícolas. Nesse



sentido, como o autor aponta, a “peça essencial para a montagem dessa trama de interesses é, pois, o colono, pequeno proprietário, pagador da renda da terra e enriquecedor do capital estrangeiro e dos comerciantes urbanos” (RÜCKERT, 1997, p. 124).

O supracitado autor ainda destaca que havia uma preocupação efetiva de parte do governo do estado em não revender terras para as colonizadoras particulares, pois:

a extração da renda capitalizada da terra aos colonos pelas companhias de colonização demonstra o caráter meramente especulativo da mercadoria terra, o que contribui em muito para demonstrar que, na verdade, o colono é explorado desde o início do progresso da colonização (RÜCKERT, 1997, p. 128).

Ao se referir à colonização privada e pública, Rückert (1997, p. 141) destaca que estas são implantadas no território “com a concorrência do capitalismo industrial, que trata de construir a infraestrutura territorial, como as ferrovias, desse modo elevando os preços das terras”. Nesse sentido, a criação das ferrovias trouxe a integração da região norte do estado do Rio Grande do Sul com o restante do país e possibilitou, ainda, a expansão do capitalismo e a modernização para este espaço.

Entre as empresas de colonização, a de propriedade do Dr. Herrmann Meyer foi intermediária na consecução desse objetivo, criando o complexo colonial com a venda de lotes. Esse complexo significa a realização deste empreendimento em diferentes espaços no mesmo estado, assinalando que o projeto de colonização não esteve limitado a apenas um núcleo. Assim como esta, outras empresas colonizadoras atuaram na região norte do estado.

O migrante, por sua vez, deveria portar consigo recursos financeiros necessários para adquirir terra e prover a sua sobrevivência e de sua família. Subsídios ofertados em colônias públicas, como passagem e sementes, não existiam nas colônias particulares, o que condicionava o acesso da maioria. Aqueles que eram pobres ou com poucos recursos eram direcionados para as colônias públicas, enquanto os que possuíam melhores condições financeiras eram disputados pelos colonizadores particulares (NEUMANN, 2009, p.15).

A colônia Xingu resultou destes dois processos colonizadores. Um de iniciativa privada empreendido por um proprietário alemão que decidiu criar um núcleo de povoamento, mas destinando-o aos integrantes de seu mesmo grupo étnico. A colonização empreendida pelo Estado não era destinada a um grupo étnico específico, desde que fossem capazes de comprar os lotes de terra e estabelecer-se naquela região. Nesse sentido, grupos étnicos distintos irão compor aquele emergente espaço colonial desenvolvendo relações de sociabilidade.

Historicizando o território de Novo Xingu: de colônia a município



A colônia Xingu, com área descontínua, foi adquirida de particulares com acréscimo de algumas áreas do Estado. Surge em 1897, de um projeto que visava criar núcleos para assentar imigrantes alemães na região do Planalto Rio-grandense buscando acolher o excedente populacional das antigas colônias do Estado. Após a compra, a terra era dividida e vendida em forma de lotes coloniais de 25 hectares. Seu proprietário, Heinrich August Herrmann Meyer, era um intelectual alemão e sócio proprietário do *Instituto Bibliográfico* de Leipzig, na Alemanha. Sua colonizadora teve como finalidade formar uma colônia étnica e aconfessional, direcionada à emigração alemã, sem nenhum tipo de auxílio do governo, aos moldes de uma imigração espontânea com a realocação do excedente da população da antiga zona de colonização (MARTINELLI; NEUMANN, 2013, p.15). Conforme destaca Roche (1969, p. 319) “porque eram proprietários, mais precisamente pequenos proprietários, os colonos foram condenados a deixar o lote desbravado pelos pais e a continuar ou voltar a ser pioneiros”.

A aquisição das terras da colonizadora por Carlos Dhein, representante de Herrmann Meyer no Brasil, foi feita de forma aleatória baseada na oferta de mercado. Dessa forma, não havia um planejamento minucioso e uma localização estratégica para a colônia. As primeiras terras que vieram a ser adquiridas pertenciam ao município de Palmeira, formando a colônia Xingu. As terras foram compradas de Rita Maria do Espírito Santo, uma área de aproximadamente 1.818 hectares. O investimento custou (Rs.1:500\$000). Pela contabilidade da *Colonizadora Meyer* constatou-se que a compra foi superfaturada. Tal fato foi responsável pelo rompimento da sociedade de Meyer e Dhein. Em 1897, a colônia foi denominada por Carlos Dhein de Xingu, em referência ao Xingu do estado do Mato Grosso, lugar de destino da primeira expedição de Meyer no Brasil. Essa viagem está associada ao interesse de pesquisa de Herrmann Meyer, na época, que era estudar os indígenas daquela região, trabalho que resultou em sua tese. Entretanto, somente no ano seguinte, 1898, Herrmann Meyer conheceu as terras adquiridas e a colônia Xingu. Em seus escritos, o proprietário se refere à mesma como “um pequeno paraíso” (MARTINELLI; NEUMANN, 2012, p. 16-32).

Segundo José do Nascimento, as terras adquiridas por Dhein eram distantes do centro urbano, mas havia a possibilidade de acesso à estrada de ferro que passaria perto, que acabou não acontecendo. A colônia, a princípio, apresentava-se como um bom negócio, pois a primeira área renderia 40 lotes, que, por sua vez, renderam em torno de 20.000 mil réis. Porém, segundo estudo realizado a fim de comemorar 100 anos da colônia, percebeu-se que havia poucos descendentes dos primeiros colonizadores, pois grande parte deles migrou para outras regiões do



Estado (NASCIMENTO, 2007, p. 194). A maioria dos moradores atuais de Novo Xingu são descendentes de migrantes que se instalaram nesta colônia nas décadas de 1920 e 1930.

Segundo Neumann (2009, p. 16), além da colônia Xingu fundada em 1897, a *Colonizadora Meyer* fundou a Guarita/Fortaleza e Eral Seco (1899), Neu Württemberg (1898) e a posse de Boi Preto. Quanto a localização da colônia Xingu, o comprador Carlos Dhein descreve em carta a Herrmann Meyer, proprietário da colônia, que “o local ficava a distância de 4 léguas da vila de Palmeira e 5 léguas da Foz do Rio da Várzea no Rio Uruguai”(NASCIMENTO, 2007, p. 193).

Cabe destacar que com o acréscimo da colonização pública no município de Palmeira foram ampliadas as perspectivas para o incremento da colônia Xingu, pois esta saiu do isolamento geográfico. Em 1933 foram vendidos os últimos lotes, encerrando definitivamente as atividades da colonizadora privada de Meyer nesse núcleo. O território que constitui o município de Novo Xingu é originário:

da colônia Xingu (2.087 hectares), mais os lotes da indenização (300 hectares) e os lotes comprados ao Estado (571 hectares), totalizando 2.958 hectares, ou 118,32 lotes. A essa área, na delimitação do distrito e posteriormente do município, foram acrescidos mais 5. 101 hectares ou 204, 04 lotes de terras públicas, colonizadas pelo Estado, totalizando 8.059 hectares (MARTINELLI; NEUMANN, 2012, p. 44).

Na colônia Xingu nota-se um processo de povoamento, despovoamento e repovoamento. O mesmo deu-se com os grupos étnicos que habitavam o território, oriundos da colonização privada como os alemães e da colonização pública como italianos, poloneses, dentre outros. De acordo com Valdir Gregory (2008, p. 29) “a colonização se fez necessária devido às contradições e exigências da economia de exportação à qual o Brasil Meridional servia e subsidiava”. Esta, por sua vez, foi planejada, organizada e coordenada pelo governo central, por intermédio dos governos provinciais, estaduais e municipais, através de companhias particulares ou proprietários individuais (GREGORY, 2008, p. 29).

Percebe-se, na colônia Xingu, uma mescla identitária que se dá pela política de colonização adotada pela *Colonizadora Meyer*, que priorizou o envio de imigrantes alemães e seus descendentes para a colônia Neu-Württemberg, constituindo uma colônia étnica. Por outro lado, os imigrantes teuto russos, e em especial poloneses, eram destinados à colônia Xingu. Já a partir de 1920, houve a entrada de um grande número de descendentes de italianos que ocuparam as colônias compradas do Estado, e os lotes públicos anexados (MARTINELLI; NEUMANN, 2012, p. 45).



Como a colônia Xingu estava ligada diretamente ao projeto da ferrovia que, porém, não foi concretizada, esta continuou isolada geograficamente, pois necessitava de vias de comunicação, numa região politicamente conturbada e em segundo plano nos projetos da colonizadora. A colônia Xingu pertencia ao município de Palmeira, no distrito de Nonoai. No final de 1923, a colônia Xingu tornou-se 5º distrito de Palmeira, contando com o subintendente Mário de Moraes. A partir da criação do município de Sarandi, desmembrado de Passo Fundo no ano de 1939, o distrito de Xingu passou a pertencer ao novo município. Já no ano de 1959, com a criação de Constantina, o distrito do Xingu passou a pertencer a esta. Por fim, na década de 1990 começou um movimento de emancipação, pois a população percebeu que sendo somente distrito ficaria “muito difícil atrair pessoas ou empresas que investissem nesta localidade, pois a região sempre foi essencialmente agrícola e formada por pequenos agricultores que se encontravam em situação preocupante” (MARTINELLI; NEUMANN, 2012, p. 54-59).

Em 1994 lideranças locais e população em geral reuniram-se para analisar os requisitos e condições necessárias para a criação do novo município. Os presentes à reunião constataram que o distrito de Xingu respondia a todos os requisitos necessários. Nesse processo, a dedicação e empenho da população foram essenciais. Houve o engajamento de inúmeras entidades e pessoas no processo de emancipação o que culminou com a criação do município de Novo Xingu, no dia 16 de abril de 1996, através do decreto de lei n. 10.759 (MARTINELLI; NEUMANN, 2012, p. 60-61).

Interfaces entre identidades étnicas

Os habitantes do território da colônia Xingu, de ambas as áreas de colonização mencionadas, trazem consigo elementos culturais distintos que reforçam e integram sua *identidade étnica*. O grupo de maior representatividade era o dos migrantes alemães que se estabeleceram no núcleo de colonização privado que, atualmente, compõe a região central do atual município. Os demais colonos que habitaram o restante do espaço eram de origem étnica distinta, em sua maioria, descendentes de italianos. Outros grupos minoritários também se faziam presentes, especialmente no núcleo de origem pública. Estes desenvolviam relações de sociabilidade com os demais e eram bastante influenciados pela “cultura dominante” local permitindo que as fronteiras móveis permitissem o cruzamento de sujeitos e novas formações parentais, influenciando e ao mesmo tempo sendo influenciados.

Os grupos de origem europeia desenvolveram um *ethos* ancestral que construiu uma memória de seus congêneres e trajetória migratória que acentuava o aspecto heroico e glorioso de



tal processo com representações que eram partilhadas e significadas pelos integrantes do grupo e igualmente reproduzidas e ensinadas às novas gerações. No entanto, pelo fato identidades étnicas majoritárias serem distintas em muitos aspectos, como o religioso, ambas cultivavam-na segundo preceitos específicos.

A fronteira, que ao mesmo tempo separava os grupos, permitia que os mesmos socializassem entre si como nas festas e bailes promovidos na comunidade. Tendo em vista ser um período em que os valores morais cristãos eram muito prezados, assim como a família nos moldes deste modelo, os sujeitos integrantes de um grupo familiar tornavam-se mais visíveis nestas ocasiões. Dadas às proporções do local, que era de pequena dimensão e poucos habitantes, as pessoas conheciam-se entre si. Assim, os espaços festivos eram a oportunidade perfeita para buscar relações afetivas e construir novas formações familiares. Contudo, adentrar a outro grupo étnico tinha lá suas indagações, especialmente por parte de alguns pais mais conservadores que direcionavam e procuravam casar seus filhos com pessoas que compartilhassem da mesma cultura e grupo, eliminando assim possíveis contradições entre as mesmas e facilitando a integração entre ambas.

As relações de sociabilidade são entendidas conforme Georg Simmel (2006), enquanto “forma lúdica de sociação”. Ou seja, os sujeitos participavam desses eventos comemorativos e desenvolviam relações interpessoais num ambiente que propiciava a diversão, a partilha de momentos alegres, junto de pessoas próximas ou proporcionava essas aproximações.

No entanto, a união entre membros de famílias que compartilhavam do mesmo grupo étnico não era fixa. Algumas se misturaram através dos casamentos interétnicos e estabeleceram novos laços a partir do hibridismo cultural, ampliado pela consanguinidade, afrontando balizas fixas e ortodoxas. Constituiu-se processo lento que assinalava alterações na *identidade étnica* que diminui de dimensão na transição de distrito para município, no final da década de 1990, marcando uma ruptura em razão da necessidade de forjar uma nova identidade.

O espaço onde estes migrantes se estabeleceram, inicialmente necessitou de transformações geográficas com a derrubada de parte da mata para construir seu novo lar desenhando uma nova configuração na paisagem para atender a uma das emergentes demandas que se impunham àqueles sujeitos: a subsistência. As famílias tendiam a ter grande número de filhos, sendo uma das possíveis causas a necessidade de mão de obra para cultivar a terra. As dificuldades de acesso, localização e capacidade aquisitiva levaram, inicialmente, os próprios colonos a abrirem estradas, especialmente a das lavouras em que os interesses eram particulares,



quando muito, auxiliados por outros que também faziam o acesso dividindo a tarefa. Logo, os laços compartilhados agiam como propulsores para este tipo de ajuda mútua. Da mesma forma, outras relações podiam ser expressas nas demais atividades como os que tinham menos terras e condições financeiras que cultivavam sua pequena propriedade e ao finalizar sua produção trabalhavam nas terras de outros como agregados ou na época do plantio e colheita vendendo seu trabalho e/ou ficando com uma pequena parte da produção.

As famílias de maiores posses no território com duas ou mais colônias de terra (aproximadamente 24 hectares cada colônia), desfrutavam de maior *status* social, precisavam de mais pessoas para trabalhar e se resultasse numa boa produção, conseguiam manter uma distinção social. Com o tempo estas terras eram fracionadas entre os herdeiros, que como destacado, tendiam a ser de grande número, reduzindo a quantidade de terra. Este não foi o único negócio rentável, haja vista outros proprietários desenvolverem outras atividades no decorrer do tempo através da troca de produtos ou o comércio deles. Alguns colonos introduziram a criação de suínos e comercializavam com os diversos interessados fossem ou não integrantes do mesmo grupo étnico. Além disso, havia pequenos estabelecimentos que surgiram com o tempo, especialmente onde um centro passou a se desenvolver com a oferta de alguns produtos de interesse da população. Na região mais interiorana do território alguns armazéns também foram criados ofertando alguns artigos de consumo e propiciando encontros e espaços de sociabilidade no desenvolvimento e manutenção desses espaços de lazer. Cabe destacar que outra opção possível e mais ampla de ofertas podia ser encontrada na cidade mais próxima, mas as condições da época e a própria necessidade de guardar dinheiro para situações futuras permitiam comprar somente o necessário, aquilo que não podia ser produzido e vestimentas para ocasiões esporádicas como festas, ida a igrejas, consultas médicas, enfim, situações distintas da vida laboriosa do dia a dia.

Verificam-se então as relações sociais entre os habitantes e o estabelecimento de casas comerciais ao longo dos anos que assinalam um desenvolvimento da região e uma tentativa de conciliar com as atividades agrícolas ou, talvez, com o tempo, poder substituí-las, dedicando-se somente à comercial. Marcenarias, serrarias, moinhos, destilaria de cachaça e outros empreendimentos são citados no mais recente livro que conta a história de Novo Xingu, contendo os nomes dos proprietários e evidenciando a concentração quase exclusivamente por proprietários de origem alemã (MARTINELLI; NEUMANN, 2012, p. 69-70). Outras comercializações com diferentes grupos também surgiram, embora nota-se a iniciativa e desenvolvimento da colônia/distrito intensificada por este grupo.



No entanto, mesmo havendo estes intercâmbios comerciais, existiam também balizas visíveis que definiam o *eu* em detrimento do *outro*. O entendimento e pertencimento a um determinado grupo revelava também o *outro*, o diferente, que tinha determinados valores, práticas e modo de vida que se distinguíam, mesmo acionando uma *ethos* cultural europeu entre estes grupos étnicos dominantes. A identidade é um elemento central no estabelecimento e desenvolvimento destas relações. A identidade por estes apresentada é central para esse entendimento, e pode pautar-se em diversos aspectos. Trata-se de destacar um dos elementos constituintes do sujeito e torná-lo visível aos demais. A identidade destes habitantes pauta-se pelo aspecto étnico acionado para firmar-se e fazer-se ver neste espaço e, por conseguinte, desenvolver laços sociais. O entendimento da *identidade* pauta-se nas contribuições de Stuart Hall (2002) que destaca a dinamicidade da mesma e potencialidade de modificações fazendo com que não seja estática, dada *a priori*, mas construída a partir dos contatos nas relações sociais. Como destacado, estes colonos preservavam características de seus ancestrais, mas introduziram novos elementos entre si construindo uma *identidade étnica* particular.

Os habitantes da colônia/distrito Xingu, mesmo reivindicando uma identidade pautada em sua cultura étnica, a tinham transformada continuamente e distanciava-se da totalidade praticada por seus ancestrais. Preservavam-se elementos e valores, mas os mesmos eram “atualizados” de acordo com o contexto.

Outra forma de associação entre os sujeitos, que os aproximava ainda mais e estreitava os vínculos, eram as relações de compadrio. Através delas, as famílias uniam-se através do batismo dos filhos e testemunhas de casamentos que criavam novas relações mantendo e reproduzindo as antigas ou desenvolvendo novas que asseguravam uma teia de laços com a comunidade. Neste sentido, as famílias uniam-se agrupando e cultivando relações étnicas.

Em contrapartida, se as relações anteriores uniam especialmente os de mesma etnia, os casamentos podiam mesclar essas relações. Mesmo havendo uma preferência pelos semelhantes, o desenvolvimento de relações afetivas entre grupos distintos pode ser observado crescendo com o passar do tempo. A introdução de um novo membro em um contexto social, ou seja, passar a residir num determinado núcleo atraía ainda mais o fluxo das fronteiras com a anexação, reapropriação ou construção de novas relações. Eram passos que caminhavam rumo a um amálgama social e uma maior inter-relação entre as *identidades*. Contudo, ainda circunscritas e delimitadas.



Fredrik Barth (1998) nos auxilia na compreensão dessas fronteiras entre os grupos étnicos ao pontuar sua dinamicidade e transitoriedade, que permitem a interação entre os sujeitos para além dos limites convencionais que dividem os grupos. Ou seja, ao mesmo tempo em que há fronteiras que delimitam os espaços ocupados pelos grupos étnicos, possibilita uma movimentação entre eles que pode acarretar transformações nos valores, comportamentos, hábitos e costumes dos sujeitos. Tal questão não deve ser tomada como prejudicial, mas enriquecedora na medida em que agrega e difunde a cultura de determinados grupos, permitindo assim que vejam a multiplicidade de elementos praticados que não se limitam a uma cultura fixa.

Temos, portanto, a presença de um grupo étnico dominante, alemão, que se fixou nas terras oriundas da colonização privada e contribuiu no processo de desenvolvimento do município de modo a liderar tal empreendimento através de um comércio desenvolvido de forma emergente. Ainda, tinha maior representação, pois contava com maior número de habitantes, e residia num núcleo que centralizou este desenvolvimento.

Mesmo entre os demais, observa-se que havia uma *identidade étnica* fortemente pontuada, não raro, nos arredores, considerarem o local especialmente em referência aos de origem alemã. A supremacia histórica deste grupo na historicidade do atual município pode também ser analisada no primeiro livro que se propôs a escrever essa História. A ênfase dada aos imigrantes e descendentes alemães nesta produção que marcava os 100 anos do Xingu é notória (FENNER et. al, 1997). O destaque a outros grupos étnicos na construção do município pelos autores teve breves menções. No todo, fica claro o olhar germânico lançado à escrita da história de Novo Xingu, que em 1997 – ano da publicação da obra – ainda reforçava o elemento fundador oriundo da colonização privada como centro no desenvolvimento da história local. No entanto, o processo de emancipação já havia ocorrido (1996), embora a administração político-administrativa tenha iniciado no ano 2001. O argumento defendido neste trabalho é de que antes da emancipação houve uma preponderância identitária étnica que demarcava os grupos sociais e suas relações. No entanto, se antes havia uma preponderância da etnia alemã, a emancipação e formação do município forçou a construir uma identidade municipal que aproxima os diferentes, tanto nos espaços de sociabilidade, quanto no interior das famílias, que já uniam membros que acabavam se casando entre si.

Outro aspecto relevante deve-se aos novos arranjos no espaço político que deviam contemplar a todos, ou que os diferentes cidadãos se sentissem representados, fator que se ampliou consideravelmente com a instalação da administração municipal. Tudo isso assinala a



dinâmica social que amplia os contatos e diversifica os valores necessários para criar uma identidade mista capaz de unir os cidadãos na construção de uma ideal de pertencimento. Logo, salienta-se esta ruptura, pois embora as *identidades étnicas* ainda fossem – e são – preservadas em seus grupos, ao referir-se ao território como um todo se recorre a uma identidade grupal criada, reforçada e necessária para o desenvolvimento das novas relações e identidades que a emancipação demandava; histórias que não fazem parte do objetivo deste ensaio e que serão analisadas em outro trabalho.

Considerações finais

Buscou-se, neste ensaio, refletir a respeito de uma constituição histórica tomando como eixo condutor o município de Novo Xingu-RS que apresenta uma formação territorial resultante de duas formas de colonização: uma privada, voltada para assentar (i)migrantes alemães de antigas áreas de colonização, e uma pública, que tinha propósito semelhante, embora não se direcionasse a um grupo étnico específico. Ambas as áreas integram o atual município e sua historicidade ajuda a entender como as relações foram construídas e o processo que envolveu a mescla de *identidades étnicas* e a ruptura de sua dimensão em detrimento de uma nova identidade que precisou ser criada.

Os descendentes desses migrantes preservaram características étnicas que foram enfatizadas e partilhadas com o grupo social. A sociabilidade desenvolvida pelos habitantes acionou distintas relações desde as afetivas, festivas e comerciais. Nesses espaços, verificam-se as fronteiras étnicas móveis que permitiram o intercâmbio de elementos partilhando valores, costumes e entendimentos ao mesmo tempo em que tornavam mais heterogêneas as bases que alimentavam a constituição dessa identidade.

Na formação do município a *identidade étnica* alemã apresentou-se como precursora tendo em vista que as terras adquiridas pela *Colonizadora Meyer* tinham essa finalidade. Outras terras às margens do núcleo central foram colonizadas numa iniciativa pública, mista e posterior, somando-se com o processo privado que resultou no povoamento destas extensões de terras. O Estado contribuiu ampliando a diversidade étnica presente na formação do município. Os grupos dominantes de origem alemã e italiana desenvolveram um *ethos* ancestral europeu que conferia legitimidade e prestígio. As razões da partida de seus predecessores dos países de onde emigraram eram omitidas, silenciadas. A situação decadente que motivou a partida não era lembrada, tampouco contada às novas gerações. Vê-se, então, a construção de identidade local étnica



extensiva de elementos comuns entre os que compartilhavam do mesmo grupo e, ao mesmo tempo, distinta, por assumir aspecto particular no desenvolvimento da região.

Por isso, a *identidade*, elemento central aqui acionado, possibilita um entendimento capaz de articular a historicidade do processo de formação do município às demais relações estabelecidas num espaço que crescia e adquiria contornos específicos. Trata-se de compreender as relações de sociabilidade engendradas entre os habitantes a partir desse fator identitário que significa as relações sociais e de poder. Se anteriormente a etnia alemã aparece como mobilizadora do processo de formação do que veio a se chamar município de Novo Xingu, com a emancipação tornou-se necessária a criação de uma identidade que abrangesse a todos os cidadãos. O processo que culminou com estas transformações foi construído aos poucos, mas ganha contornos mais definidos quando o município se emancipa. A partir daí torna-se mais latente a necessidade de articular e unir os grupos.

Falar de um grupo étnico “puro” é algo falacioso, pois a união de diferentes membros na constituição das famílias torna-o híbrido tendo em vista que a denominação identitária é construída pelo próprio grupo em suas inter-relações. Valores são criados, partilhados, assim como práticas assinalando a troca, apropriação e/ou reapropriação de elementos de outras etnias que pouco a pouco passam a integrar um dado grupo.

Portanto, a *identidade étnica* dos sujeitos atua enquanto constituinte das relações sociais e a partir delas desencadeiam uma teia de relações e transformações que operam por meio da construção deste espaço e deste passado histórico, ao mesmo tempo produzindo sentidos, significações, intensificando as relações sociais e de poder entre os sujeitos. Contudo, devemos ter em mente o alerta de Proust: “O que a inteligência nos dá sob o nome de passado não é ele” (apud TEDESCO, 2011, p. 169). Urge que as relações sociais sejam compreendidas dentro de sua própria historicidade, pois fazem parte daquele universo. As permanências, mudanças e transformações com o passar do tempo assinalam novos arranjos necessários e representativos de outro contexto, que exigia novas relações sociais. Verifica-se que a *identidade étnica* é substituída no eixo central do bojo daquele cenário em detrimento de outra, que apontava no horizonte, mas que se consolida somente após o início da administração municipal. Tais processos são necessários para compreender a dinâmica social e a historicidade deste município.

Referências bibliográficas:



- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 187-227.
- CARINI, Joel João. **Estado, índios e colonos: conflito na reserva da Serrinha - norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2005.
- FENNER, Darci et. al. **Xingu 100 anos**. Constantina: Artes Gráficas Constantina, 1997.
- GREGORY, Valdir. **Eurobrasileiros e o espaço colonial: Migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. 2. ed. Cascavel: Edunoeste, 2008.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopez Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- KLEIN, Herbert S. Migrações internacionais na História das Américas. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999. p.13-32.
- MARTINELLI, Adriana M. Holz; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). **Novo Xingu: Colônia - Distrito - Município**. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. **Derrubando florestas, plantando povoados: A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura: O projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1887-1932)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- _____. Migração: Mobilidade social e espacial dos imigrantes alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional** (2013) Passo Fundo: 2013.
- _____. A iniciativa privada na colonização do noroeste do Rio Grande do Sul: a Colonizadora Meyer. In: SIDEKUM, Antônio; GRÜTZMANN, Imgart; ARENDT Isabel Cristina (Orgs.). **Campos múltiplos: identidade, cultura e história. Festschrift em homenagem ao prof. Arthur Blasio Rambo**. São Leopoldo: Nova Harmonia; Oikos, 2008.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul I**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- RÜCKERT, Aldomar A. **A trajetória da terra: Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul - 1827- 1931**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.
- SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória**. Passo Fundo: Ed. UPF; Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.
- ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1997.